

Prefácio

O paradoxo da história dos conceitos

Arthur Alfaix Assis

Bernardo Ferreira

No prefácio de *Estratos do tempo*, editado na Alemanha em 2003, Koselleck menciona o plano de publicar duas outras coletâneas de ensaios e conferências que estavam espalhados em diferentes meios. Quando faleceu, em fevereiro de 2006, esses dois projetos ainda não estavam concluídos. Um deles viria a se materializar no livro *Sobre o sentido e a ausência de sentido da história*, de 2010. O outro, publicado ainda em 2006, é justamente o livro cuja tradução agora está à disposição do leitor de língua portuguesa.

Histórias de conceitos é a quarta obra de Reinhart Koselleck publicada pela Contraponto, na sequência de *Crítica e crise* (1999), *Futuro passado* (2006) e *Estratos do tempo* (2014). Complementa a lista das traduções brasileiras o volume *O conceito de história* (2013), publicado pela editora Autêntica, que contém a versão completa de um longo verbete redigido por Koselleck e outros três colaboradores. A ampla recepção que esses volumes prévios têm experimentado por parte do público acadêmico brasileiro elevou o seu autor ao patamar daquelas figuras que dispensam apresentação.

O presente livro registra e simboliza o engajamento de Koselleck com a teoria e a prática da história dos conceitos, engajamento que se estendeu por cerca de quatro décadas. O ponto de partida foi sua experiência como organizador principal e autor de uma dezena de entradas dos *Geschichtliche Grundbegriffe: Historisches Lexikon zur politisch-sozialen Sprache in Deutschland* [Conceitos históricos fundamentais: léxico histórico da linguagem político-social na Alemanha, 8 v., 1972-1997].

Embora não tenhamos a versão definitiva da introdução que Koselleck programou escrever para esta coletânea, podemos supor que ele pretendia que o livro funcionasse como uma boa síntese tanto das suas concepções teóricas quanto das suas posturas metódicas. Isso transparece na divisão em cinco partes que estrutura o livro, bem como nos fragmentos do que seria a introdução que o autor não teve tempo de concluir –

e que podem ser lidos nas citações entremeadas no posfácio escrito por Carsten Dutt, aqui publicado. Em muitos dos textos, Koselleck revisita o problema dos fundamentos da história dos conceitos, amiúde tendo em vista críticas que no meio do caminho eram endereçadas aos seus trabalhos individuais e, sobretudo, à concepção e execução do seu grande projeto lexicográfico. Defende e desenvolve suas posições, como sempre, com hábeis argumentos. Mobilizando e refinando sua teoria da historiografia, torna a demarcar as diferenças entre a história dos conceitos e a tradicional história das ideias, assim como a reforçar as complementaridades existentes entre a primeira e a história social (e também a história constitucional). Além disso, relativiza as diferenças entre sua abordagem e as que são características da análise do discurso.

Mas Koselleck não só argumenta em favor de uma dada concepção teórica e metodológica. A partir da segunda parte do livro, sua intervenção nesses debates historiográficos move-se do plano da afirmação para o da indicação. Desse ponto em diante, pelo menos no que se refere ao eixo principal das análises, ele deixa de tentar nos *dizer* teoricamente o que seria ou deveria ser a história dos conceitos para nos *mostrar* como ela pode funcionar na prática. Esta é uma função importante, desempenhada na economia da obra pelas investigações sobre diferentes conceitos, como *Bildung*, progresso, decadência, emancipação, crise, patriotismo, revolução, utopia, inimigo, sociedade civil etc.; pelas explorações históricas e teóricas do patrimônio semântico do Iluminismo e do horizonte conceitual da teoria política aristotélica; e, por fim, pelas sondagens relativas a aspectos de história extraconceitual abrigadas na última parte do livro.

Publicados ao longo de cerca de trinta anos, entre 1976 e 2005, os textos que compõem o presente livro são de extensão e alcance variados. Vão desde um verbete com menos de dez páginas até um longo ensaio que se estende por mais de cinquenta páginas, escrito em colaboração com outros pesquisadores. Em todos, impressionam a densidade e a sofisticação das ideias que se condensam no reduzido espaço de um artigo, de um breve ensaio, de uma conferência ou mesmo de uma entrada de dicionário. A concentração do argumento, que se abre em diferentes direções, entrelaçando de modo inseparável a reflexão teórica e a análise histórica, fazem de Koselleck um “mestre da pequena forma”, para tomar emprestadas as palavras de Reinhard Mehring.

Não pretendemos aqui avançar mais no detalhamento da diversidade de materiais que compõem *Histórias de conceitos*. Não pretendemos e – sejamos claros – isso não nos parece sequer desejável. Cabe ao leitor sondar por conta própria as muitas facetas deste material, explorar sua riqueza das ideias e, quem sabe, se surpreender com o fôlego intelectual que as anima. No entanto, um fio argumentativo que atravessa diversos capítulos pode servir como um convite à leitura e como um bom exemplo do elevadíssimo nível das reflexões abrigadas no livro. Para retê-lo, tomemos como ponto de partida uma observação, retirada do capítulo XVIII desta coletânea, que pode soar um tanto inusitada e desconcertante. Diz Koselleck: “Uma vez cunhado, o conceito como tal escapa à mudança. Torna-se um assunto do passado. Exagerando um pouco, podemos então formular contra Nietzsche: conceitos como tais não têm história. Contêm, mas não têm história.” Com isso, prossegue o raciocínio: “Falar de história dos conceitos é, portanto, um desleixo lógico que se naturalizou e que, com isso, se tornou difícil de alterar.”

É difícil não experimentar um certo embaraço diante dessas afirmações, que soam paradoxais. Como é possível que um historiador cujo nome permanece inseparavelmente identificado com a ideia de *Begriffsgeschichte* [história dos conceitos], em um livro intitulado *Begriffsgeschichten* [*Histórias de conceitos*], afirme que conceitos não têm história, que a designação “história dos conceitos” resulta de um “desleixo lógico”? Como assim? Com tal afirmação, Koselleck parece desautorizar de voz própria boa parte daquilo que realizou em sua exitosa trajetória intelectual. Como, afinal, uma tal frase pode fazer sentido?

Conceitos contêm, mas não têm, história. Começemos por aí. Como formação linguística historicamente situada, Koselleck entende que um conceito social e político possui uma natureza singular e única, e dirige-se a um estado de coisas igualmente singular e único. Compreendido nesses termos – ou seja, como apreensão e conformação linguística de um conjunto de fenômenos situado numa circunstância histórica particular –, um conceito não está sujeito a mudanças. Uma formação conceitual registra e forja simultaneamente, no plano da linguagem, um determinado contexto de experiências, um determinado estado de coisas localizado num tempo e num espaço específicos. Por estar dirigido a uma circunstância singular e única, um conceito social e político não possui

vida para além de tal circunstância. Se o estado de coisas a que ele se refere deixa de existir ou se transforma, observa Koselleck, o conceito envelhece, pois os sentidos que abriga já não têm mais um sentido *imediato*. Em tal perspectiva, um conceito não seria passível de mudança. Implica uma espécie de cristalização linguística que permite apreender e conformar certas experiências, mas permanece preso à especificidade histórica destas experiências e tende a desaparecer com elas. Sendo assim, a rigor, não haveria por que falar de uma história dos conceitos. Por serem formações linguísticas singulares vinculadas a estados de coisas singulares, os conceitos não têm uma história própria, exceto aquela que registra a sua emergência e o seu desaparecimento. Daí que, embora contenham história, eles não tenham história.

No entanto, ainda que, do ponto de vista lógico, os conceitos não tenham história, o vocabulário conceitual – no qual se condensam e se concentram os significados que um dado conceito abrigou em si – pode ser objeto de reapropriações, releituras, reocupações e reinvenções. Uma mesma palavra pode ser portadora de novos conceitos, tornando-se suporte de novos significados, estes últimos, por sua vez, referidos a novos estados de coisas. Mais ainda: significados que, certa feita, fizeram parte de um vocabulário conceitual podem sobreviver à formação conceitual a que estiveram originalmente associados. Podem ser objeto de um processo diacrônico de mediação semântica e, desse modo, podem ser relidos e aplicados a circunstâncias históricas distintas, num movimento que envolve simultaneamente preservação e transformação, continuidade e invenção, permanência e reformulação. Além disso, seria preciso ter em vista a emergência de um novo vocabulário conceitual, o qual se cristaliza, visando a apreender um novo estado de coisas ou, mesmo, induzi-lo. Essas diferentes possibilidades – a associação de um antigo vocabulário conceitual a um novo conceito, a reapropriação e a releitura dos significados passados no âmbito de novas formações conceituais, a invenção de novos vocabulários conceituais – abririam o caminho para a elaboração de uma história dos conceitos. Esta última já não trata das mudanças de formações conceituais singulares e únicas, mas dos processos diacrônicos – e também sincrônicos – de recepção, apropriação, transformação e invenção do vocabulário conceitual e dos seus significados.

Admitir a possibilidade de uma história dos conceitos e, simultaneamente, insistir na ideia de que um conceito, como tal, não tem história acarreta implicações para a compreensão da natureza das formações conceituais e da sua singularidade histórica. Nesta perspectiva, uma formação conceitual, apesar de sua natureza singular e única, não pode ser concebida como uma espécie de mônada que, fechada em si mesma, conteria apenas aqueles sentidos que sua época lhe conferiu. Ou seja, nenhuma formação conceitual poderia, *em princípio*, ser pensada em termos puramente sincrônicos. Pelo contrário, um conceito, pelo menos potencialmente, conteria em si diferentes camadas de significado, diacronicamente escalonadas. Tais significados seriam o resultado dos processos de mediação, recepção, apropriação e reinvenção de sentidos, associados a formações conceituais do passado. A sobrevivência destes sentidos como parte do repertório linguístico, apesar do envelhecimento e do desaparecimento dos conceitos que lhes eram correspondentes, imporá a necessidade de se pensar a identidade de uma formação conceitual singular e historicamente situada. Esta última seria o resultado do cruzamento de inovações e invenções sincrônicas contra o pano de fundo de possíveis heranças diacrônicas.

Assim, o projeto de uma história dos conceitos é inseparável da premissa de que as mudanças nos estados de coisas e as mudanças nos usos linguísticos e nos modos de falar nunca são inteiramente coincidentes. Caso fossem, ou a linguagem se reduziria a um mero reflexo de uma realidade social antecedente, ou a realidade social poderia ser reduzida à sua mera elaboração linguística. Para Koselleck, porém, esses dois planos se encontram permanentemente articulados e em permanente tensão. Nas suas palavras no capítulo III: “Linguisticamente, sempre expressamos mais ou menos do que aquilo que estava ou está contido na história real. A história sempre contém mais ou menos do que aquilo que pode ser expresso linguisticamente.”

Elaboremos um pouco mais esse ponto, retomando o problema da sobrevivência e da reapropriação dos significados históricos contidos numa formação conceitual singular. Para Koselleck, reconhecer a natureza única e singular de um conceito implica assumir seu caráter relativo e, com isso, endossar a premissa historicista de que no mundo histórico, em última análise, só existem objetos particulares, irreduzíveis entre si.

Por outro lado, ao postular a sobrevivência de significados do passado no repertório da linguagem e ao afirmar a possibilidade de uma reapropriação e uma releitura destes significados no presente, Koselleck busca qualificar a referida premissa historicista, sem, no entanto, recusá-la. A natureza historicamente relativa das sucessivas formações conceituais precisa ser considerada contra um pano de fundo de permanência e de herança linguística. A singularidade do novo e da inovação não se dá no vazio, e sua abordagem exigiria uma perspectiva intelectual capaz de se aproximar de “um historicismo refletido, carregado de uma intenção teórica imposta pela própria linguagem” (capítulo XVIII). Nessa perspectiva, afirmar a irredutibilidade e a relatividade de todas as formações conceituais historicamente situadas não significa condená-las irrevogavelmente à condição de fatos do passado. Ainda que, em si mesmas, tais formações não tenham história, o vocabulário conceitual e os sentidos incorporados nelas têm, por assim dizer, uma sobrevida, graças à qual tais sentidos tanto podem interpelar o presente quanto podem ser por ele interpelados.

Esse duplo movimento, para Koselleck, só é possível porque aquilo que se diz num dado momento sobre um determinado estado de coisas nunca coincide por inteiro com este estado de coisas e, por isso, contém mais e/ou menos do que está dado na experiência concreta. Assim, os sentidos que foram objeto de uma formação conceitual do passado não esgotam seu potencial semântico naquele passado. Os significados pretéritos, que perderam o sentido imediato que possuíam no passado, podem recuperar um sentido mediato em outro momento e em outra circunstância histórica. Assim, graças a essa não coincidência e a essa tensão entre palavra e coisa, entre conceito e realidade extralinguística, torna-se possível pensar a interdependência e a autonomia tanto da *Begriffsgeschichte* [história dos conceitos] quanto da *Sachgeschichte* [história extraconceitual] – seja no plano do próprio acontecer, seja no plano do conhecimento. Por isso, a crítica de Koselleck ao “desleixo lógico” no uso da noção de *Begriffsgeschichte* não deixa de ser uma maneira de afirmar que “os conceitos têm também uma história própria, imanente à linguagem” (capítulo III). O paradoxo, no fim das contas, em vez de pura e simplesmente nos convidar ao silêncio, nos incita a criar sofisticados meios para tentar dar conta da realidade (linguística) do passado na sua duração, na sua mudança e na sua eventual presença.